

UM CATECISMO AO PRÍNCIPE CRISTÃO

A CATECISM TO THE CHRISTIAN PRINCE

Maria Izabel Barbosa¹

BARBOSA, M. I. UM CATECISMO AO PRÍNCIPE CRISTÃO. Akrópolis, Umuarama, v. 16, n. 1, p. 11-23, jan./mar. 2008.

RESUMO: Demonstraremos que a crítica de Bossuet aos príncipes impiedosos que empreendem guerras de conquista, almejando a glória, constitui-se uma refutação direta a Maquiavel, como também respostas aos problemas de seu tempo.

PALAVRAS-CHAVE: Bossuet; Antimaquiavelismo; Guerra; Absolutismo.

ABSTRACT: We will demonstrate that Bossuet's critic with respect to the impious princes who undertake conquest wars, longing for glory, consists in a direct refutation to Machiavelli as well as the answers for the issues of his time.

KEYWORDS: Bossuet; Antimachiavellism; War; Absolutism.

¹Mestre em História pela Universidade Federal Fluminense e Aluna do Programa de Doutorado da Universidade de Brasília.

Recebido em Março/2008
Aceito em Abril/2008

INTRODUÇÃO

Diante da ameaça que as críticas externas e internas à política expansionista de Luís XIV representavam ao absolutismo francês, por meio do livro nono da *Politique*, concebido em 1701, Bossuet (1627-1704) lança mão de todos os seus recursos literários para mostrar ao monarca as desvantagens das guerras de conquista, ao mesmo tempo que lhe apresenta a imagem de um príncipe moderado e pacífico, como o modelo ideal a ser seguido pelos príncipes cristãos. O absolutismo era a fórmula que Bossuet entendia ser indispensável à conservação da monarquia absolutista na França, cuja preservação lhe parecia natural. Para uma melhor compreensão das especificidades do pensamento teológico-político de Bossuet a este respeito, convém estabelecer uma comparação com o que Luís XIV refletiu sobre este assunto, em suas *Memórias*.

Repúdio às guerras de conquista

No livro nono da *Politique*, Bossuet dedica o artigo II para tratar dos “injustos motivos da guerra”. A fim de sustentar os seus argumentos com maior plausibilidade, recorre ele à Sagrada Escritura, particularmente ao Antigo Testamento. Bossuet afirma que o primeiro motivo injusto da guerra são as “conquistas ambiciosas”. Ele busca no Livro do Gênesis a origem dos príncipes ambiciosos que fazem a guerra movidos pelo desejo de conquista, invadindo os países vizinhos somente pelo amor ao poder¹.

Ainda ancorado no Livro do Gênesis, a *Águia de Meaux*, para recordar o epíteto prestigioso que a tradição literária francesa lhe atribuiu, empreende uma severa crítica aos príncipes que amam a guerra, empreendendo-a apenas para satisfazer suas ambições. De acordo com Bossuet, tais príncipes são odiáveis aos olhos de Deus e, portanto, declarados seus inimigos. Ele adverte que devido ao homem ser constituído de forma semelhante a Deus, todo aquele que derrama o sangue do ser humano, que é o seu irmão, terá o seu sangue derramado da mesma forma².

Baseado no Livro de Judite, Bossuet afirma que um dos traços de um conquistador injusto é não precisar de conselho: “a assembleia de seus conselheiros é apenas uma cerimônia para declarar de uma maneira mais solene o que já está resolvido”. O seu orgulho indomável é o seu único conselheiro. Ele não perdoa nenhum reino, não tem piedade de ninguém, quer que todos se submetam a ele³.

Os príncipes que empreendem pilhagens também são censurados por Bossuet. A pilhagem é o segundo injusto motivo de fazer a guerra, afirma ele. Respalado no Livro do Gênesis e no profeta Isaías, Bossuet mostra que os reis que pilham serão pilhados da mesma forma por outros reis mais poderosos no momento em que pararem de pilhar⁴.

O quarto injusto motivo de fazer a guerra, segundo Bossuet, é quando o rei é atraído pela “glória das armas e a doçura da vitória”. No primeiro exemplo, Bossuet afirma que “não há nada de mais agradável que esta glória militar: ela decide freqüentemente de um único golpe as coisas humanas, e parece possuir uma espécie de onipotência, para forçar os acontecimentos: é porque ela tenta fortemente os reis da Terra. Mas se verá o quanto ela é vã”.⁵ Bossuet adverte que o rei nunca deve fazer a guerra contra um país se Deus não o houver ordenado. Baseado no Livro dos Provérbios ele dá o “segundo exemplo do mesmo motivo que faz ver quanto a tentação é perigosa”.⁶

Bossuet adverte que “combate-se sempre com uma espécie de desvantagem, quando se faz a guerra sem motivo”. Aqueles que fazem a guerra por justo motivo têm do seu lado a justiça divina que é uma proteção natural, mas quando a guerra é feita sem necessidade, perde-se esta vantagem.⁷

A imagem de um príncipe moderado e pacífico, que empreende a guerra apenas para se defender, é apresentada ao príncipe por Bossuet. Ele recorre ao Segundo Livro dos Reis para mostrar que “os mais fortes são freqüentemente os mais discretos a tomar as armas”.⁸

Ao censurar as guerras de conquista, uma das preocupações de Bossuet era com a imagem de Luís XIV. Bossuet era o conselheiro espiritual do Grande Rei desde 1662, quando fora convidado por ele para

¹Cf. BOSSUET, Jacques-Bénigne. *Politique tirée des propres paroles de l'Écriture Sainte*. Genève: Droz, 1967. (Edição crítica com introdução e notas de Jacques le Brun), p. 323.

²Cf. *ibid.*, pp. 323-324.

³Cf. BOSSUET, 1967, op. cit., p. 325.

⁴Cf. *ibid.*, p. 327.

⁵*ibid.*, p. 328.

⁶*ibid.*, p. 329.

⁷Cf. *ibid.*, pp. 329-330.

⁸*ibid.*, p. 331.

pregar na corte, vindo a ser nomeado conselheiro de Estado em 1697. Apesar de essa nomeação ter sido relativamente tardia, desde muito antes, por meio de textos elaborados por ocasião de circunstâncias específicas, Bossuet vinha aconselhando Luís XIV a não fazer a guerra apenas por desejo de glória. Tudo indica, contudo, que o rei não lhe dava ouvidos, motivo de profunda preocupação.

Um elemento de grande relevância que aparece no pensamento de Bossuet, e que deve ser ressaltado, é a teoria ministerial do poder. Segundo a concepção cristã, no momento de sua sagração, o rei, por força da unção litúrgica, passa a ser considerado a imagem de Deus na Terra. A teoria ministerial tem origem longínqua; remonta ao início do cristianismo, com o apóstolo São Paulo. Como lembra Houx, “desde seu nascimento, o cristianismo reconheceu que todo poder pertence a Deus e d’Ele procede. São Paulo, na Epístola aos Romanos, escreveu: ‘não há autoridade que não seja de Deus, e todos os que a têm, é Deus quem a estabeleceu’”.⁹

Segundo a teoria ministerial do poder, o rei é visto como o representante de Deus na Terra, o seu lugar-tenente. Considera-se que a origem de sua autoridade está em Deus, e por isso deve submeter-se a Ele, o rei deve agir de acordo com Seus preceitos. Como constata Jean Barbey, “ministro de Deus, o rei não exerce o poder em seu interesse próprio, mas para pô-lo ao serviço de sua finalidade”.¹⁰ No livro décimo da *Politique*, também redigido em 1701, apoiado no Livro da Sabedoria, Bossuet recorda que “todo império deve ser olhado sob um outro império superior e inevitável, que é o império de Deus”. Os reis são os ministros de Deus na Terra, recebem o poder d’Ele para agir corretamente, do contrário serão castigados com mais vigor do que o resto dos mortais.¹¹

Ao recorrer à teoria ministerial do poder, lembrando ao rei que ele é a imagem de Deus na Terra, Bossuet o está advertindo que ele deve agir de acordo com as leis cristãs, cultivando a piedade. Bossuet recorre a esta teoria objetivando moralizar a realeza. A piedade do príncipe é uma virtude extremamente valorizada pelo Bispo de Meaux. Juntamente com outras virtudes filantrópicas, a piedade é uma virtude que desde o século VI já

fazia parte do extenso catálogo das virtudes a serem apresentadas pelos reis. Aliás, esta era uma das condições exigidas para ser considerado rei, aquele que rege direito. O rei que não possuísse essa virtude seria considerado um tirano, pois não regia com humanidade. De acordo com Jean-Paul Houx,

Piedade, grandeza, filantropia já são componentes do ideal imperial no século VI e vão acabar por invadir totalmente alguns séculos mais tarde. (...) Nicéphore Botaniade, em 1073, opõe o rei ao tirano apresentando o primeiro como um personagem humano, incapaz de ceder à cólera e de abusar de seu povo quando ele castiga. (...) Esse retrato do soberano não difere quase daquele traçado por Isidoro de Sevilha: ‘O rei é chamado desse nome por referência a agir direito (*rex*). Com efeito, se ele rege com piedade, justiça e misericórdia, é por direito que ele seja chamado *rex*. Se lhe faltam essas qualidades, ele não é rei, mas tirano’.¹²

Em *O príncipe*, escrito em 1513, na cidade de Florença, Nicolau Maquiavel (1469-1527) rompeu com a tradição de pensamento político ocidental ao desvincular a ação política das esferas moral e religiosa. No século XVII, o meio eclesiástico empenhou-se em combater as idéias do autor florentino. Como Bossuet pertencia a este meio, esta luta fica bem evidente em suas obras políticas. Conforme constata Truchet, “com todo seu século ele foi levado a orientar sua reflexão em função de Maquiavel: sua obra política, como a de todos os teóricos de inspiração cristã desse tempo, é em larga medida um anti-Maquiavel”.¹³

De fato, a *Politique* de Bossuet é profundamente religiosa: os princípios teológicos ocupam nela um lugar de destaque. Como Maquiavel preocupou-se em libertar a ação política do príncipe da moral e da religião, para que ele alcançasse um melhor resultado, podemos definir o pensamento político de Bossuet como um anti-Maquiavel. Na dedicatória da *Politique*, Bossuet escreveu, “Aos que crêem que a piedade é um enfraquecimento da política serão confundidos”.¹⁴

Em *A vida de Castruccio Castracani*, Maquiavel mostra que aprender a arte da guerra é muito mais importante do que a religião.¹⁵ Nesta

⁹HOUX, Jean-Paul. *Le roi. Mythes et symboles*. Paris: Fayard, 1997, p. 245.

¹⁰BARBEY, Jean. *Être roi. Son gouvernement en France de Clovis a Louis XVI*. Paris: Fayard, 1992, p. 116.

¹¹Cf. BOSSUET, 1967, op. cit., pp. 438-439.

¹²HOUX, op. cit., p. 278.

¹³Cf. TRUCHET, Jacques (Org.). *Politique de Bossuet*. Paris, Armand Colin, 1966. (Collection U).p. 16.

¹⁴Cf. *ibid.*, p. 32.

¹⁵MAQUIAVEL, Nicolau. *A arte da guerra. A vida de Castruccio Castracani. Belfagor, o Arquidiabo* Brasília: UnB, 1982, pp. 42, 56.

obra, Maquiavel constrói a imagem de um príncipe dissimulado, impiedoso e cruel, que é capaz de tudo para alcançar seus objetivos e assim aumentar a sua glória.¹⁶ Em contraposição, o Bispo de Meaux esforçou-se para formar no príncipe a característica da piedade. Ele insistia nesse ponto, já que o comportamento do príncipe servia de modelo aos súditos. Bossuet temia a Deus e aos castigos que Ele enviava aos reis violentos. Bossuet acreditava piamente na Sagrada Escritura, e nela estava escrito que os reis violentos e sanguinários pereceriam.¹⁷

Dentre as características da autoridade real, defendidas por Bossuet, encontrava-se a de que ela era absoluta. No entanto, Bossuet chamava a atenção do príncipe para o fato de que, apesar de não precisar dar satisfação a ninguém aqui na Terra sobre os seus atos, ele não possuía um poder arbitrário, já que devia submeter-se às leis religiosas e morais. Na época do preceptorado, na carta que Bossuet escreveu ao papa Clemente XI, em 1679, a respeito de como estava conduzindo a instrução do Delfim, ele dizia que estava se esforçando para que seu aluno compreendesse “que ‘toda a vida cristã e todos os deveres dos reis’ estavam contidos nos termos piedade, bondade e justiça”.¹⁸ Como preceptor do Delfim, a maior obrigação de Bossuet consistia em formar a consciência do príncipe. Neste sentido, ele empenhou-se em formar a consciência de um príncipe perfeito.¹⁹ Para Nourison, ao invés de *Politique*, o título mais exato para essa obra seria *Le Prince*; já para o Padre Senault, a *Politique* deveria intitular-se *Le Monarque*, ou, quem sabe, *Les devoirs des souverains*.²⁰

Um outro aspecto importante a ser destacado no pensamento de Bossuet é a classificação estabelecida por ele entre guerras justas e injustas. Na verdade, esta distinção foi feita anteriormente pelos juristas Hugo Grócio e Samuel Pufendorf. As terríveis recordações das guerras civis e conflitos internacionais ocorridos na primeira metade do século XVII estimularam os juristas, por sua vez reformadores racionalistas, a defender um direito dos povos para limitar as guerras futuras ou, pelo menos, abrandar as suas conseqüências. Lamentava-se o corte das relações diplomáticas nas guerras de religião. Havia uma grande preocupação em

criar regras e regulamentos fixos visando “o bom funcionamento das relações diplomáticas”. Dessa forma, inúmeros tratados sobre a arte da diplomacia foram concebidos. Esta evolução foi influenciada pelas correntes filosóficas. Grócio (1585-1645), em seu *De jure belli ac pacis*, publicado em 1625, buscou provar matematicamente a existência de “uma lei comum a todas as nações”, a qual “conserva a sua validade tanto em tempo de paz como de guerra”. Assim como outros juristas, Grócio foi inspirado pela ânsia humanitária de acabar com aquilo que considerava “uma desordem furiosa”. Por meio de um raciocínio adequado, todos os juristas nutriam a esperança de concluir uma “lei das nações”, de origem natural, cujo destino seria dirigir “as nações dos Estados soberanos em suas relações mútuas”.²¹

Entre esses juristas, o mais célebre foi o alemão Pufendorf (1632-1694), em sua obra clássica *Da lei da natureza e das nações*, publicada em 1672. Foi, em parte, devido a esta obra, que se tornou um livro de consulta dos altos funcionários de governo, como dos intelectuais em geral, em toda a Europa, que, aos poucos, passou-se a aceitar um diálogo a respeito do direito internacional. A partir dessa obra, passou-se a considerar a soberania do Estado e que o seu governante deveria assumir a total responsabilidade por tudo aquilo que fosse praticado em seu nome. Passou-se a ser considerada como “justa” somente a guerra defensiva. O Estado que encarasse uma guerra para se defender teria o direito de receber uma compensação do Estado agressor, a qual seria concebida sob a forma de uma *satisfactio*.²² Dentre os inúmeros exemplos da aplicação deste código temos o caso clássico de Luís XIV após a guerra contra a Holanda, 1672-1678. “Luís XIV admite ter sido o agressor, quando em 1672 ataca os holandeses, que têm, portanto, direito a uma *satisfactio*; recebem-na quando, na conferência da paz, em 1678, é profundamente modificado o sistema tarifário francês de 1667, que muito os prejudicava”.²³

A guerra era um empreendimento altamente dispendioso para o Estado. A França tinha acabado de sair de uma guerra desgastante, que tinha levado suas finanças à ruína. Por meio de muito esforço por parte do atual ministro das finanças a situação

¹⁶Cf. *ibid.*, pp. 39-54.

¹⁷Cf. TRUCHET, *op. cit.*, pp. 42-43.

¹⁸TRUCHET, *op. cit.*, nota, p. 40.

¹⁹*ibid.*, p. 40.

²⁰Cf. *ibid.*, nota, p. 40.

²¹Cf. HATTON, Ragnhild. *A época de Luís XIV*. Lisboa: Editorial Verbo, 1971, (Col. História ilustrada da Europa), p. 243.

²²Cf. *ibid.*, pp. 243-244.

²³*ibid.*, p. 244.

financeira do país vinha se recuperando aos poucos. Contudo, Bossuet acreditava que a França ainda não tinha forças o suficiente para enfrentar uma outra grande guerra. Neste sentido, ele se esforçava para fazer com que Luís XIV compreendesse o quanto as guerras de conquista eram prejudiciais ao reino e ao rei da França. Além dos altos custos para mantê-las o rei deveria pagar uma *satisfactio* ao país invadido, assim que fosse provado que ele teria sido o agressor. Desta forma, para Bossuet, o rei somente poderia dispor dos recursos da nação para manter uma guerra justa, ou seja, uma guerra defensiva.

As guerras de conquista de Luís XIV despertaram críticas dos inimigos estrangeiros, principalmente durante ou logo após as guerras empreendidas contra eles. As críticas seguiam a mesma direção: geralmente se criticava a ambição de suas conquistas e o seu desejo de ser o mestre da Europa. Em 1667, durante a Guerra da Devolução, em seu *Le bouclier d'État*, o embaixador do Imperador Leopoldo I, Franz Paul Lisola, criticou a ambição de Luís XIV de querer conquistar toda a Europa, mostrando que ele representava uma séria ameaça; se a Europa não quisesse se tornar escrava da França, devia se unir para lutar contra ela. Durante a Guerra da Holanda, em 1674, Johan Joachin Becher, também ligado ao Imperador, redigiu o *Machiavellus Gallicus*, cujas críticas a Luís XIV tinham o mesmo teor. Após a tomada de Estrasburgo, Leibniz também criticou a política expansionista de Luís XIV em seu panfleto *Mars Christianissimus*, dado a público em 1683. Neste panfleto, discretamente, Leibniz criticou Luís XIV pela Guerra da Devolução; pelo derramamento de sangue de cristãos inocentes na Guerra da Holanda; responsabilizou-o por todos os atos violentos cometidos a partir daí contra os Países Baixos, a Alemanha, entre outros países da Europa; e a falta de razão da tomada de Estrasburgo, mostrando o absolutismo de Luís XIV como arbitrário. Luís XIV foi apontado por Leibniz como sendo o perturbador da paz na Europa, causando a miséria e a morte de milhares de cristãos nas guerras que ele empreendia apenas para saciar o seu desejo de glória.

A crítica de Bossuet aos que realizam pilhagens durante a guerra também deve ser ressaltada. Luís XIV deu início à Guerra da Liga de Augsburgo quando seu exército saqueou e devastou o Palatinado, a partir de setembro de 1688. Em 1693, ele percebeu que a guerra só terminaria mediante negociações. Mas, enquanto aguardavam a paz, os exércitos franceses empreenderam incêndios e

pilhagens. De acordo com Pierre Goubert, em 1693 os exércitos franceses “assinalaram-se por suas pilhagens e o segundo incêndio de Heidelberg. (...) eles esperavam a paz, sempre avançando, recuando e pilhando, fora das fronteiras do reino”.²⁴

As invasões, incêndios, devastações e pilhagens feitas por Luís XIV durante a Guerra da Liga de Augsburgo foram muito criticadas por alguns panfletistas estrangeiros. Os inimigos de Luís XIV acusavam-no de transgredir o direito internacional. Nesta modalidade, a invasão do Palatinado foi o acontecimento mais criticado pelos inimigos, que mostravam tal ato de Luís XIV como sendo de uma crueldade maior que as cometidas pelos turcos. Foi uma maneira de censurar a arbitrariedade do absolutismo. O título de um panfleto alemão resumia este ato de Luís XIV como a Razão francesa de Estado. Todas essas críticas vindas de inimigos estrangeiros ameaçavam o absolutismo do Grande Rei. Sendo assim, como defensor do absolutismo francês, Bossuet não mede esforços para mostrar a Luís XIV as desvantagens desse tipo de guerra e fazê-lo perceber que a moderação é a melhor maneira de conservar a paz, a ordem, a prosperidade e felicidade dos franceses, enfim, o poder centralizado em sua pessoa.

Ao criticar os reis impiedosos que faziam a guerra em busca de satisfação pessoal, realizando pilhagens, uma das preocupações de Bossuet era com as conseqüências da guerra para os homens. Aliás, a questão da piedade estava estreitamente ligada à da assistência, enfim, da justiça social. Este é o ponto em que a influência de São Vicente de Paulo se manifesta mais claramente na obra de Bossuet. Seus sermões de caridade, os apelos que fazia a Luís XIV do alto do púlpito ou por meio de cartas foram, sem dúvida, as mais pessoais, atraentes e corajosas de suas obras políticas. De acordo com Truchet,

não era (...) somente a extrema miséria que lhe parecia intolerável, mas também a extrema riqueza; escandalizava-o a opulência, o luxo e a cupidiz dos grandes, que ele denunciava sem cuidado. Aos motivos humanos – piedade para os pobres, indignação a respeito dos “maus ricos” – acrescentam-se, mais determinantes ainda, os motivos sobrenaturais: a miséria e a grande riqueza são, de maneiras diversas, perigosas para a salvação. O ideal social de Bossuet reside no estabelecimento universal de uma comodidade racional e modesta; é preciso, declara ele, que a população seja, “um pouco para sua comodidade”. Em que ele reúne Horácio e seu *aurea mediocritas* assim como M. Vincent.²⁵

²⁴GOUBERT, Pierre. *Louis XIV et vingt millions de français*. França: Pluried, 1970, p. 239.

²⁵TRUCHET, op. cit., pp. 47-48.

No século XVII, a França foi vítima de uma profunda miséria. As testemunhas contemporâneas são unânimes ao descrevê-la. A situação da maioria da população francesa desta época é comparável à da população dos “países em via de desenvolvimento” de hoje. São Vicente de Paulo lutou contra a miséria em suas atividades de caridade aos pobres. Bossuet foi seu aluno e um de seus discípulos mais fervorosos, colaborando para com as obras vicentinas. Em 2 de agosto de 1702, em sua *Lettre au pape Clément XI*, Bossuet se manifesta a favor da beatificação de São Vicente de Paulo.²⁶ Aliás, é “esta luta contra a miséria que faz ainda hoje a popularidade de São Vicente de Paulo”.²⁷

No período em que Bossuet se tornou padre e foi morar em Metz, 1652-1659, não lhe faltaram ocasiões para ver a miséria de perto, o que o levou a assumir funções municipais juntamente com as eclesiásticas: Bossuet era um integrante da Assembléia das Três Ordens, de que uma das metas era o combate contra a pobreza. A miséria já existente na França no século XVII aumentava espantosamente durante e após as guerras. Os sete anos em que Bossuet residiu em Metz foram uma época em que freqüentemente a Lorena era atravessada por todos os tipos de tropas. Neste período Bossuet sentiu os horrores da guerra. O exército de Condé queria saquear a cidade; diante disso, Bossuet sentiu-se no dever de negociar pessoalmente com ele para evitar tal catástrofe.²⁸

Neste tempo de extrema miséria, os predicadores, sobretudo os influenciados por São Vicente de Paulo, como Bossuet, utilizavam-se da pregação de caridade em prol das obras de beneficência, aproveitando-se destas ocasiões para condenar a extrema desigualdade social, censurando os ricos e sugerindo medidas em prol dos pobres. Além dessa pregação de caridade, Bossuet aproveitava-se de todas as ocasiões nos momentos em que pregava diante da alta sociedade, na corte, para condenar o luxo e apelar a favor das esmolas, como exemplo temos o seu *Sermon du mauvais riche*, pronunciado no Louvre. Em suas pregações, Bossuet sempre buscava mostrar aos ricos que o sofrimento dos pobres era algo insuportável.²⁹

Os camponeses, que constituíam a maioria

da população francesa na época, estavam mais expostos às conseqüências das guerras, como devastações, incêndios e alojamento de tropas. Freqüentemente, as devastações das guerras eram piores que as próprias batalhas. Conforme ressalta Robert Mandrou,

os soldados que devem viver no interior, alojam-se para inverno na casa dos habitantes, e perseguem homens e mulheres, incendeiam as colheitas e massacram o gado, são temíveis e ameaçadores durante muito tempo. Foi preciso acontecerem as reformas de Louvois no recrutamento e no aquartelamento – longos decênios de adaptação para que essas imagens das “infelicidades da guerra” cessassem de ser correntes durante o século XVIII. (...) a tradição dessas destruições não é desmentida. De outra parte, as cidades se encontram melhor protegidas que os descampados, pois elas estão protegidas por suas muralhas, capazes de resistir a alguns bandos, e aptas a negociar com alguns capitães; mas no campo, não tendo outro recurso que amontoar seus andrajos no baú e de empurrar crianças e gado diante de si até a floresta mais próxima, para melhor esperar o fim do perigo.³⁰

Segundo constata Hatton, a este respeito, “durante os cercos (...) os civis sofrem tanto como os soldados, ou ainda mais, como conseqüência das privações resultantes desta forma de guerra. As devastações dos campos, por motivos estratégicos – destruição do Palatinado pelos franceses em 1689 (...) – causam, muitas vezes, mais do que a miséria às populações civis: privadas das casas e haveres caem nas garras de todas as epidemias”.³¹

Os efeitos econômicos da Guerra da Liga de Augsburgo, juntamente com a Grande Fome de 1693-94, decorrente das más colheitas que se arrastavam desde 1691, acarretaram a miséria extrema de grande parte dos franceses. Bossuet terá sido profundamente tocado pelo sofrimento do povo. No livro décimo da *Politique*, Bossuet recorda que, quando esteve na Terra, Jesus Cristo disse que aqueles que conseguissem se desapegar de suas riquezas alcançariam a salvação. A preocupação de Bossuet com os pobres fica bem evidente quando ele cita as palavras de Maria, referindo-se ao filho: “ele encheu de bens aqueles que tinham fome [aqueles que estão na penúria, na indigência], e ele tem mandado de volta os ricos com as mãos vazias”.³² Por

²⁶Cf. *ibid.*, nota, p. 18.

²⁷*ibid.*, p. 19.

²⁸Cf. TRUCHET, *op. cit.*, pp. 18-19.

²⁹Cf. *ibid.*, pp. 21-22.

³⁰MANDROU, Robert. *La France aux XVII et XVIII siècles*. Paris: Presses Universitaires de France, 1970, p. 95.

³¹HATTON, *op. cit.*, pp. 11-12.

³²BOSSUET, 1967, *op. cit.*, pp. 446-447.

meio dessa afirmação, Bossuet tenciona estimular os ricos a darem esmolas.

A grande miséria dos franceses, ocorrida durante a Guerra da Liga de Augsburgo, foi observada por intelectuais estrangeiros, como Leibniz e Locke. Conforme salienta Paul Hasard, Locke “comprova que os camponeses vivem em guaridas, apenas têm com que vestir-se, que comer; e tão miseráveis como são, o fisco encontra meios de extorquí-los”. Locke lamenta “A grande fome de 1694, a bancarrota: quantas misérias!”.³³ Na França, ela foi descrita por homens de Estado, clérigos e pessoas privadas. La Bruyère, em *Caractères*, obra publicada em 1688, reeditada por nove vezes até 1699, assim como Fénelon, em sua célebre *Lettre à Louis XIV*, de 1695, e mais tarde em *Les Aventures de Télémaque*, de 1699, obra extremamente conhecida em toda a França da época, criticaram Luís XIV por destinar os recursos da nação para manter suas guerras de conquista enquanto seu povo passava fome. As críticas de Fénelon foram mais perigosas para o absolutismo, pois lançava mão da miséria da França para criticar a política do monarca. Fénelon era preceptor do neto de Luís XIV e estava influenciando os nobres pertencentes ao círculo que se formara em torno deste príncipe. O seu exílio na diocese de Cambrai, após a publicação de *Les aventures de Télémaque*, nos mostra que suas idéias representavam uma certa ameaça ao poder constituído. Bossuet tinha conhecimento dessas críticas internas à política belicosa de Luís XIV e devia recear que novamente a nobreza se unisse à burguesia e ao povo para fazer uma outra guerra civil contra o monarca. Aliás, quando ocorreu a Fronda, Bossuet morava em Paris e assistiu de perto os cinco anos de anarquia decorrentes dela. Os episódios da Fronda ficaram gravados em sua memória de uma tal forma que ele passou a repudiar qualquer forma de revolta dos súditos contra o soberano.

As guerras de conquista nas memórias de Luís XIV

Em 1668, Luís XIV (1638-1715) começou a ditar suas *Memórias* para o seu então secretário Périgny, em 1671 é Pelisson quem as redige. Em 1672 eclode a Guerra da Holanda e a obra é interrompida sem que o rei volte a retomá-la. No entanto, o essencial da maneira de pensar e de sentir

de Luís XIV como rei e como homem já estavam nela registrados. As *Memórias* consistem em instruções ao Delfim que não chegaria a reinar, pois morreria em batalha em 1711, quatro anos antes de seu pai.³⁴ Esta obra é extremamente importante para compreendermos o pensamento político de Luís XIV. Como lembra Bertrand, em suas *Memórias* Luís XIV deixou bem clara a necessidade que sentiu de recorrer à história, visando à sua própria instrução, a do filho e de toda a posteridade. Infelizmente, muitos historiadores franceses desprezaram-nas. As *Memórias* expressam todo o seu pensamento, constituindo-se assim em “uma teoria completa do poder monárquico”.³⁵ Conforme constata Touchard, “o principal interesse das *Memórias* reside no fato de se conseguir captar a personalidade de Luís XIV por detrás das considerações tradicionais sobre a prudência do príncipe, a utilidade do estudo e da virtude, os inconvenientes da precipitação, etc.”. A edição Dreyss traz as três fases da obra: folhetos, escritos a próprio punho, diário, certamente ditado, e as *Memórias*, que, de acordo com o diário, foram compostas pelos historiógrafos oficiais.³⁶ As *Memórias* constituem-se um documento confidencial, pois foram redigidas originalmente para o exclusivo uso do Delfim. Só vieram a ser publicadas em 1806.

Mesmo que as *Memórias* não tenham sido escritas pessoalmente por Luís XIV, certamente os historiógrafos reais seguiam fielmente o pensamento do monarca. As *Memórias* eram um documento confidencial a ser entregue ao Delfim quando este completasse dezessete anos. Sendo assim, acreditamos que Luís XIV jamais assinaria uma obra cujo teor não fosse condizente com suas próprias idéias. Vejamos então qual era a concepção do Grande Rei a respeito da arte da guerra.

Luís XIV diz ao filho, em suas *Memórias*, que o príncipe somente deve empreender a guerra justa. Ele deve primeiro recorrer a meios diplomáticos, buscando alcançar os seus objetivos mediante negociações, e somente realizá-la em casos de extrema necessidade, após ter esgotado todos os seus esforços, já que deve assegurar a honra de sua família.³⁷

Nas *Memórias*, Luís XIV busca mostrar ao filho que apesar do valor, a glória ser a virtude mais almejada pelos príncipes, em muitos casos tal virtude deve dar lugar à prudência; que ele sempre desejou

³³HASARD, Paul. *La crisis de la conciencia europea (1680-1715)*. Madrid: Alianza Editorial, 1988, pp. 236-237.

³⁴Cf. GRANELL, Manuel. “Prólogo del Traductor”. In: LUÍS XIV. *Memorias sobre el arte de gobernar*. Buenos Aires-México: Editora Espasa-Calpe Argentina S. A., 1947. (Colección Austral), pp. 14, 19.

³⁵BERTRAND, Louis. *Louis XIV*. Paris: Arthème Fayard, 1950, pp. 281-282.

³⁶Cf. TOUCHARD, Jean. *História das idéias políticas*. Vol. 3. Lisboa: Publicações Europa-América, 1970, p. 129.

³⁷Cf. LUÍS XIV. *Memórias. A arte de gobernar*. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1976, p. 35.

empreender a guerra a fim de realizar inúmeras conquistas, sobretudo em sua juventude, mas ouviu a voz da prudência e, desta forma, procurou resolver os litígios mediante negociações.³⁸

O discurso de Luís XIV nos mostra que ele concordava com as idéias defendidas por Bossuet: que o príncipe não devia se deixar dominar pelo desejo de glória, empreendendo guerras de conquista, e sim procurar se guiar pela prudência, sendo moderado, fazendo a guerra apenas em casos extremos, para defender o seu reino e a sua honra. Contudo, essas idéias ficavam somente no âmbito teórico, já que na realidade a política externa adotada por Luís XIV era bem diferente. Objetivando diminuir o poder dos Habsburgos e aumentar o seu, Luís XIV realizou várias guerras de conquista, destacando-se a Guerra da Devolução, 1667-68, a Guerra da Holanda, 1672-78, e a tomada de Estrasburgo, 1681. Conforme observa Louis André, “Após 1663, Luís XIV não se mostrará satisfeito com os domínios que possui e se esforçará para expandi-los em detrimento dos Habsburgos. Seu orgulho e seu desejo de glória arrasta a vontade de alcançar sucessos pelas armas, de efetuar conquistas antes de tudo”.³⁹

De fato, em sua carta a M. de La Haye, Tenente-General das Índias Orientais, de 8 de setembro de 1674, Luís XIV menciona todo o dinheiro que lhe enviou, e que no momento está lhe enviando, por meio de seu barco “Le Coche”, os soldados, oficiais, dinheiro, armas e munições, julgados por ele necessários para que M. de La Haye continue se defendendo dos inimigos que o atacavam. Luís XIV ordena-lhe que o mantenha informado de tudo o que se passar para que possa auxiliá-lo melhor.⁴⁰ Ele mostra o desejo de restabelecer a paz com os inimigos. Mas deixa bem claro que somente a fará mediante condições vantajosas e honrosas a ele e ao reino. O Grande Rei demonstra a importância de suas conquistas para assegurar a sua glória e a da França: faz relatar a M. de La Haye suas vitórias e conquistas mais recentes a fim de estimulá-lo a se manter firme à frente de seu exército para que mais vitórias e conquistas sejam alcançadas.⁴¹

Nota-se que, para Luís XIV, entre alcançar

a glória e estabelecer a paz com os inimigos, sem dúvida, ele escolhe a primeira opção. Luís XIV amava todos os prazeres da vida. Como todos os Bourbons, ele amava a caça, sendo este um dos motivos que o levaram no início de seu reinado pessoal a residir no castelo de Fontainebleau, exceto nos meses de inverno. Ele amava a dança, além dos bailes da corte. Adorava principalmente figurar nos balés de grande espetáculo, nos quais representava Apolo, Júpiter, e receber os aplausos dos cortesãos, seus maiores admiradores.⁴²

Luís XIV apaixonou-se por várias mulheres. Ele apaixonou-se seguidamente por duas sobrinhas de Mazarino, Olympe Mancini e depois por Marie Mancini. Porém, ele teve de sacrificar esta última paixão em nome da razão de Estado: ele assinou o tratado dos Pireneus com a Espanha, em 1659, e em 9 de junho de 1660, em Saint-Jean-de-Luz, casou-se com a infanta espanhola Maria Tereza. Contudo, alguns meses após o seu casamento, apaixonou-se por Louise de la Vallière, uma das *filles d'honneur* de Henriette d'Orléans; paixão esta que tornou a sua estada no castelo de Fontainebleau, durante o verão de 1661, muito mais encantadora.⁴³ Mas, dentre as suas paixões, a paixão pela glória foi, sem dúvida, a maior de todas. Em suas *Memórias*, Luís XIV confessa ao filho que o desejo de glória o acompanhou desde os primeiros momentos em que segurou pessoalmente as rédeas do poder. Segundo ele, no início de seu reinado pessoal, “encontrava-me compelido e retardado quase da mesma forma no meu desígnio por um único e mesmo desejo de glória”.⁴⁴ O Grande Rei reconhece que a glória foi a sua maior paixão: “uma paixão se sobrepõe e domina neles [nos reis] todas as restantes: a do seu interesse, da sua grandeza e da sua glória”.⁴⁵ Afinal, em sua concepção, “nada produz maiores efeitos em pouco tempo do que a reputação do príncipe”.⁴⁶

Em uma carta dirigida ao marquês de Villars, em 1688, Luís XIV diz, “Engrandecer-se é a mais digna e mais agradável ocupação dos soberanos”.⁴⁷ Como observa Louis André, em Luís XIV “a paixão da glória esteve muito mais viva e muito mais sincera que a do amor. Ele falou freqüentemente: “O amor

³⁸Cf. *ibid.*, pp. 50-51.

³⁹ANDRÉ, Louis. *Louis XIV et l'Europe*. Paris: Édition Albin Michel, 1950, (Coll. L'évolution de l'humanité), p. 18.

⁴⁰LUÍS XIV. “Carta a M. de La Haye”. In: _____. *Memórias. A arte de governar*. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1976, pp. 99-100.

⁴¹Cf. LUÍS XIV, in LUÍS XIV, 1976, op. cit., pp. 100-101.

⁴²Cf. ANDRÉ, op. cit., p. 16.

⁴³Cf. *ibid.*, p. 17.

⁴⁴LUÍS XIV, 1976, op. cit., p. 12.

⁴⁵*ibid.*, p. 27.

⁴⁶*ibid.*, p. 20.

⁴⁷Cf. MÉTHIVIER, Humbert. *Le Siècle de Louis XIV*. Dixième édition. Paris: Presses Universitaires de France, 1950.

da glória vai certamente antes de todas as outras [paixões] em minha alma”. Nas *Memórias*, ele fez escrever: “Os reis, que nasceram para possuir tudo e comandar a tudo, não devem jamais ser humilhados (...). A reputação sozinha faz freqüentemente mais que os exércitos mais potentes”.⁴⁸

De acordo com Hubert Méthivier, “Luís XIV sempre olhou a guerra como a vocação natural de um grande rei e o *amor da glória* foi sua paixão dominante”.⁴⁹ Conforme observa Touchard, nas *Memórias*, após “longas e edificantes considerações” encontram-se de vez em quando notas de Luís XIV, como: “exercício aturado para me tornar capaz na guerra; vontade de a fazer; razões de toda a espécie, facilidade de arranjar marinheiros”. Desta forma, ainda segundo Touchard, “surge assim a imagem de um jovem (a maior parte do diário traz as datas de 1666, 1667, 1668) que se preocupa pouco com a doutrina e que está apenas interessado na conquista e em alcançar um poder que não deseja partilhar com ninguém. Dirigindo-se ao Delfim, Luís XIV só tem olhos para si próprio.

Fala apenas da sua pessoa (e acima de tudo de política externa); os ministros não aparecem, nem mesmo Colbert, nem sequer a nação”.⁵⁰

Um dos fatores a serem levados em conta na avaliação do reinado de Luís XIV é a família e as conexões dinásticas. Ele tinha mais relação ancestral de parentesco com os Habsburgos do que com os Bourbons. De acordo com Shennan, Luís XIV “Descendia de uma linha de grandes príncipes europeus que incluía Carlos, o Calvo, da Burgúndia, Lorenzo de Médice, o Magnífico, de Florença, o imperador Carlos V e Filipe II, da Espanha. Este último era seu bisavô”. Isso o levava a uma perspectiva dinástica e não nacional, ou seja, a não concentrar a sua atenção apenas na França, e a ter do continente europeu uma percepção mais ampla. Afinal, “Poucas regiões na Europa não tinham estado relacionadas com sua família em algum momento do passado. O rei da França guardava um interesse muito residual por muitas delas”.⁵¹

Luís XIV dizia ao filho que não havia melhor família nem maior poder que o do monarca francês em nenhum lugar do mundo. Em sua concepção, a

superioridade dos reis da França aos demais reis da Europa devia-se à hereditariedade, longevidade e forma de governo: “meu filho, não vejo por que razão os reis de França poderiam ser inferiores a esses príncipes eleitos, sendo reis hereditários e podendo envaidecer-se de que não há hoje, no mundo, sem exceção, nem melhor casa do que a sua, nem monarquia mais antiga, nem maior potência, nem autoridade mais absoluta”.⁵²

Apesar da arrogância que caracterizava o reinado de Luís XIV, não se pode olhar a sua sede de glória apenas como uma ostentação de grandeza militar ou como um culto à sua pessoa, pois não era só isso. Ao empreender guerras de conquista, Luís XIV desejava aumentar a honra e glória de sua família e deixar aos seus sucessores um legado grandioso. Ele se sentia na obrigação de deixar ao seu sucessor, particularmente, um reino igual, ou melhor, ao que tinha herdado de seu pai: rico, seguro e honrado. Em suas *Memórias*, dirigindo ao filho ele diz: “a vossa honra, meu filho, me é nisto mais querida do que a minha”.⁵³ Mais adiante, ele acrescenta, “Espero que vos deixarei, no entanto, mais poder e grandeza do que a que tenho”.⁵⁴ Portanto, conforme observa Shennan, dois aspectos o estimulavam à buscar a glória: a honra familiar e a auto-glorificação pessoal.⁵⁵

As guerras de conquista de Luís XIV podem ser entendidas também como uma forma de proteger as fronteiras da França de ataques externos.⁵⁶ Aliás, a historiografia é quase unânime em mostrar as guerras de conquista de Luís XIV como sendo impulsionadas pela defesa das fronteiras do reino.

Uma das questões importantes inerentes à política externa de Luís XIV em empreender guerras de conquista visando proteger a França de futuros ataques de inimigos externos, bem como em assegurar a sua glória e a da França, é se eram justificáveis os custos repassados aos súditos para manter as guerras empreendidas com estes objetivos. Nas *Memórias*, ao falar sobre a arte de gastar bem, Luís XIV busca justificar os altos gastos do Estado para a manutenção de aliados, mostrando que isto era feito para aumentar a sua glória e a de seu reino, assim como assegurar a tranquilidade de

(Coll. *Que sais-je?*), p. 620.⁴⁸Cf. ANDRÉ, op. cit., p. 17.

⁴⁹MÉTHIVIER, op. cit., p. 62.

⁵⁰TOUCHARD, v. 3, op. cit., pp. 129-130.

⁵¹SHENNAN, J. H. *Luís XIV*. São Paulo: Ática, 1954. (Col. Princípios), p. 8.

⁵²LUÍS XIV, 1976, op. cit., p. 30.

⁵³ibid., p. 19.

⁵⁴ibid., p. 37.

⁵⁵Cf. SHENNAN, op. cit., pp. 16, 51.

⁵⁶ Cf. ibid., p. 16.

seus súditos.⁵⁷

Ora, uma das obrigações dos reis franceses era proteger os seus súditos! Em suas *Memórias*, Luís XIV fala dos deveres recíprocos entre o rei e os súditos: “a obediência e respeito que recebemos dos nossos súditos não são um dom gratuito que nos fazem, mas antes uma troca com a justiça e a proteção que pretendem receber de nós. Assim, como eles nos devem honrar, nós devemos conservá-los e defendê-los”.⁵⁸ É importante lembrar que dar proteção aos súditos era um dos juramentos pronunciados pelos reis franceses no momento de sua sagração.

Apiedade também era uma virtude valorizada por Luís XIV. Segundo ele, em suas *Memórias*, no momento em que escolheu os futuros educadores do filho, procurou aqueles que a possuíssem e a valorizassem para transmiti-la melhor, já que o aluno não aprende somente por meio de palavras, mas, sobretudo, pelos exemplos de seus educadores.⁵⁹

As palavras de Luís XIV nos mostram que entre os motivos que o levaram a escolher Bossuet para ser o preceptor do filho foi a importância que o teólogo dava à piedade. Entretanto, como teólogo, não há dúvida de que Bossuet dava mais valor a esta virtude que Luís XIV. Em quase todos os livros da *Politique*, assim como em outros textos, na *Oraison funèbre de Louis de Bourbon*, por exemplo, Bossuet mostra a importância dessa virtude aos príncipes cristãos, enquanto que Luís XIV só fala dela neste minúsculo parágrafo de suas *Memórias*.

Assim como Bossuet, Luís XIV acredita que o rei francês tem um poder absoluto e que por isso “não deve dar conta a ninguém de seus atos”.⁶⁰ A teoria ministerial também aparece em seu pensamento. Dirigindo-se ao filho, Luís XIV observa, “É sem dúvida certo que ocupamos, por assim dizer, o posto de Deus”.⁶¹ Por isso os reis Lhe devem submissão, haja vista que a submissão dos súditos aos reis é um reflexo da submissão deles a Deus.⁶²

Acabar com a miséria da França também foi uma das preocupações de Luís XIV. Nas *Memórias*, Luís XIV relata ao filho a situação de desordem em que se encontravam as finanças da França no início de seu reinado pessoal. Segundo ele, os males resultantes da má administração das finanças recaíam

sobre o povo, que já suportava as conseqüências da longa guerra contra a Espanha, como aumento de impostos, miséria e desemprego: “Todos esses males em conjunto, bem como as suas conseqüências e efeitos recaíam principalmente sobre o baixo povo, sobrecarregado por outro lado, de impostos, cheios de miséria, molestado pela sua própria ociosidade desde a guerra, e necessitando sobretudo de ser aliviado e ocupado em qualquer coisa”.⁶³ Luís XIV diz ao filho o quanto se sensibilizava com a miséria de seu povo, bem como a satisfação que sentia nas reformas postas em prática para eliminá-la: “Nada me satisfazia mais do que querer aliviar os meus povos: a miséria das províncias e a compaixão que por elas tinha solicitavam-me intensamente”.⁶⁴

Em suas *Memórias*, Luís XIV diz ao filho que, no primeiro ano de seu reinado pessoal, a má colheita de 1661 levou à falta de trigo, cuja carestia afligiu todo o reino. Diante disso, tomou inúmeras medidas para aliviar o sofrimento do povo, pois desejava que não houvesse mais em seu reino a indigência e a mendicidade, e que todos tivessem a subsistência assegurada.⁶⁵ Luís XIV jamais foi indiferente à miséria que atingia os franceses em épocas de guerra. Aliás, foi pensando nisso que, três décadas após ter escrito as *Memórias*, empenhou-se em negociações para alcançar a paz na Guerra da Liga de Augsburg, fazendo concessões humilhantes àquele que era considerado o maior monarca do universo.

CONCLUSÃO

Para melhor compreendermos o pensamento político de um autor devemos atentar para a data em que a sua obra foi escrita, a quem ela se destina e quais as suas intenções. Devemos considerar as idiosincrasias do autor, como também levar em conta que ele está interagindo com os problemas de seu tempo. Por meio de sua obra, ele procurava responder os problemas que se apresentavam diante dele, buscando resolvê-los e, quem sabe, intervir em algo que, em seu entendimento, estava para acontecer. Precisamos levar em conta também que muitas vezes o tema elegido por nosso autor já foi objeto de reflexão de pensadores anteriores, sendo

⁵⁷Cf. LUÍS XIV, 1976, op. cit., pp. 69-70.

⁵⁸ibid., p. 33.

⁵⁹Cf. LUÍS XIV, 1976, op. cit., p. 32.

⁶⁰ibid., p. 22.

⁶¹ibid., p. 82.

⁶²Cf. ibid., p. 31.

⁶³ibid., p. 16.

⁶⁴LUÍS XIV, 1976, op. cit., p. 24.

⁶⁵ibid., pp. 42-44.

assim, ele pode estar de alguma forma dialogando com a tradição.

Luís XIV concebeu as suas *Memórias* na década de 60, a primeira década de seu reinado pessoal, objetivando instruir o filho na difícil arte da política. As terríveis recordações da Fronda levaram-no a buscar aumentar e a celebrar a sua glória e poder em detrimento da nobreza. Na década de 60, por meio de Colbert, Luís XIV reviveu ou fundou inúmeras academias, reunindo nelas artistas e intelectuais para que estes utilizassem todo o seu poder criativo para exaltar a sua glória, tanto na França, como no estrangeiro.

As *Memórias* foram escritas na fase áurea do absolutismo francês, em que o poder de Luís XIV tinha aumentado consideravelmente em detrimento dos Habsburgos da Espanha e da Áustria. Não podemos nos esquecer também que foi nesta época que Le Tellier e seu filho Louvois transformaram o insignificante exército francês no exército mais potente da Europa, para não dizer do mundo. As guerras de conquista de Luís XIV também podem ser entendidas como uma forma de reforçar as fronteiras da França para assim se prevenir de futuros ataques, particularmente do seu cunhado e grande inimigo o Imperador Leopoldo I, o Habsburgo da Áustria. Luís XIV se preocupava com a honra de sua família e por isso queria deixar ao seu sucessor um poder maior que o seu. No passado, a sua família teve laços de parentesco com importantíssimos reis de diversos lugares da Europa, o que explica o seu olhar mais amplo e a constante reivindicação de territórios europeus. Além disso, ele compartilhava da crença arraigada na França de que os reis franceses eram os mais importantes do universo, portanto, não deviam se rebaixar a nenhum outro.

Bossuet sempre foi muito modesto. Era comum, após o pronunciamento de seus trabalhos em público, recolher-se imediatamente, como uma forma de se refugiar dos aplausos. De acordo com Sainte-Beuve, sem dizer uma palavra sequer, a respeito do sucesso que tinha obtido, ele rendia “glória a Deus de seus dons e de suas misericórdias”. Ele não se orgulhava disso, pois “ele se considerava apenas como um órgão e um canal da palavra”. Devido a

esta modéstia, Bossuet não pode ser considerado um homem de letras, “no sentido ordinário desse termo”, pois os homens de letras do século XVII, “um século sem calma, no seio de uma atmosfera aquecida, onde tudo excita e inflama”, se vangloriavam de seus talentos.⁶⁶

Apesar de desde muito jovem ter conhecido a fama, a sua moderação sempre foi mantida. Como observa Sainte-Beuve, “Bossuet não é um autor, é um bispo e um doutor”. Bossuet somente escrevia ou imprimia seus textos diante da necessidade pública, objetivando instruir ou refutar, e jamais com o desejo de obter o sucesso por meio de seus escritos. Desta forma, “se o motivo cessava, ele suprimia ou ao menos ele punha na gaveta seus escritos”.⁶⁷ Segundo o seu secretário Le Dieu, “não havia nada mais importante a seus olhos que a defesa da Igreja e da religião”.⁶⁸ Bossuet somente publicou algumas de suas obras por julgá-las úteis e jamais por vaidade literária.⁶⁹ De acordo com Le Dieu, inúmeras vezes Bossuet nos disse: “não compreendo como um homem de espírito tem a paciência de fazer um livro pelo único prazer de escrever...” Esta foi sua conduta de somente escrever e imprimir por necessidade.⁷⁰ Por esse motivo é que a maioria de seus escritos somente foi publicada após sua morte.⁷¹

O livro nono da *Politique* foi concebido em 1701, após as inúmeras guerras de conquista de Luís XIV, a revogação do Editto de Nantes e a Guerra da Liga de Augsburgo. Num período em que a política expansionista de Luís XIV vinha sendo muito criticada pelos inimigos estrangeiros assim como no interior do reino; em que os protestantes refugiados da França se uniram aos protestantes estrangeiros para minar o absolutismo de Luís XIV. A própria Guerra da Liga de Augsburgo foi uma consequência da união dos europeus contra ele. O livro nono da *Politique* foi redigido num momento entre guerras em que a França estava se refazendo economicamente e a questão da sucessão espanhola era o assunto do momento em toda a Europa. Apesar de ter aceitado o testamento de Carlos II e de ter reconhecido o neto como Filipe V, rei da Espanha, contrariando a cláusula do testamento que estabelecia que o seu neto que assumisse o trono da Espanha teria de

⁶⁶Cf. SAINTE-BEUVE (Org.). “Bossuet”. In: _____. *Les grands écrivains français*. Paris: Librairie Garnier Frères, 1928, pp. 75-77.

⁶⁷ibid., p. 76.

⁶⁸ LE DIEU, apud SAINTE-BEUVE, 1928, op. cit., p. 76.

⁶⁹ Cf. CALVET, J. “Le XVII siècle. La littérature classique”. In: _____. *Manuel illustré d'histoire de la littérature française. Vingtième édition*. Paris: J. de Gigord Éditeur, 1952, p. 295.

⁷⁰ LE DIEU, “Mémoires et journal”, apud CHARBONNEL, J.-Roger. (Org.). “Bossuet et son temps”. In: BOSSUET. *Oraisons funèbres et sermons*. Paris: Classiques Larousse, 1942, p. 94.

⁷¹ Cf. DUSSAULT. “Jugements sur Bossuet”. In: *Oraisons funèbres de Bossuet*. Paris: Librairie de Firmin Didot Frère, 1874, p. 27.

renunciar ao trono francês, para impedir a união dos dois reinos, Luís XIV anunciou oficialmente que Filipe V continuava a ser herdeiro do trono francês, o que deixou os governantes europeus profundamente indignados com a sua arrogância. Além disso, contrariando o tratado de paz de Ryswick, de 1697, os exércitos de Luís XIV tinham invadido os Países Baixos e prendido as tropas holandesas que estavam ocupando as praças da Barreira, para forçar a República Holandesa a reconhecer o seu neto como soberano dos Países Baixos espanhóis; ato este que irritou os Estados Gerais, ainda mais por que o Grande Rei se recusou a dar satisfação aos holandeses. Tudo isso poderia desencadear uma outra guerra da Europa contra a França e Bossuet tenciona impedi-la a qualquer preço.

O Bispo de Meaux tinha inúmeros motivos para criticar as guerras de conquista de Luís XIV. Ele não se preocupava apenas com os franceses, mas com a humanidade de uma forma geral. Certamente, Bossuet se sensibilizou com o sofrimento dos habitantes do Palatinado e de Heidelberg, quando das devastações e incêndios aí feitos durante a Guerra da Liga de Augsburg pelas tropas francesas, por ordem de Luís XIV. Essa guerra significou nove anos de extrema miséria para grande parte dos franceses. Além disso, as conseqüências da política belicosa de Luís XIV, como incêndios, pilhagens, devastações e miséria, foram profundamente criticadas, tanto na França, como no estrangeiro. Tais críticas eram prejudiciais à sua imagem de *Rei Cristianíssimo* e, pior que isto, ao absolutismo, haja vista que os críticos mostravam-no como um regime arbitrário. Neste sentido, por ser o maior defensor do absolutismo francês no século XVII, Bossuet procurava defender a forma de governo que, em sua concepção, era a melhor forma de governo possível.

A *Águia de Meaux* procurou fazer isto por meio de lições de moral em Luís XIV, mostrando as desvantagens das guerras de conquista, aconselhando-o a não empreendê-las. Bossuet acreditava que, como ministros de Deus na Terra, os reis que não agissem de acordo com os preceitos de Deus atrairiam os Seus castigos não somente para eles, mas para todo o seu reino. Na mentalidade dos franceses do *Ancien Régime*, as catástrofes ocorridas na natureza eram entendidas como sendo o castigo de Deus pelos desvios dos reis e do seu povo. Ao romper com o pensamento político ocidental, Maquiavel desprezou as virtudes religiosas, como a piedade e a prudência. Sendo assim, ao chamar a atenção de Luís XIV de que estas são as maiores virtudes religiosas a serem cultivadas pelos príncipes cristãos, Bossuet está dando continuidade à tradição

cristã e se afastando das idéias do autor florentino, isto é, do pensamento político moderno.

REFERÊNCIAS

- ANDRÉ, L. **Louis XIV et l'Europe**. Paris: Édition Albin Michel, 1950, (Coll. L'évolution de l'humanité).
- BARBEY, J. **Être roi. Son gouvernement en France de Clovis a Louis XVI**. Paris: Fayard, 1992.
- BERTRAND, L. **Louis XIV**. Paris: A. Fayard, 1950.
- BOSSUET, J. B. **Politique tirée des propres paroles de l'Écriture Sainte**. Genève: Droz, 1967. (Edição crítica com introdução e notas de Jacques le Brun).
- CALVET, J. "Le XVII siècle. La littérature classique". In: _____. **Manuel illustré d'histoire de la littérature française**. 20. ed. Paris: J. de Gigord, 1952.
- CHARBONNEL, J.- R. (Org.). "Bossuet et son temps". In: BOSSUET. **Oraisons funèbres et sermons**. Paris: Classiques Larousse, 1942.
- DUSSAULT. Jugements sur Bossuet. In: **Oraisons funèbres de Bossuet**. Paris: Librairie de Firmin Didot Frère, 1874.
- GOUBERT, P. **Louis XIV et vingt millions de français**. França: Pluried, 1970.
- GRANELL, M. Prólogo del Traductor. In: **LUÍS XIV: memorias sobre el arte de gobernar**. Buenos Aires; Mexico: Espasa-Calpe, 1947. (Colección Austral).
- HASARD, P. **La crisis de la conciencia europea (1680-1715)**. Madrid: Alianza, 1988.
- HATTON, R. **A época de Luís XIV**. Lisboa: Verbo, 1971. (Col. História ilustrada da Europa).
- HOUX, J.-P. **Le roi. Mythes et symboles**. Paris: Fayard, 1997.
- LUÍS XIV. **Memórias: a arte de gobernar**. Lisboa: Iniciativas, 1976.
- LUÍS XIV. Carta a M. de La Haye. In: _____. **Memórias: a arte de gobernar**. Lisboa: Iniciativas, 1976.
- MANDROU, R. **La France aux XVII et XVIII siècles**. Paris: Presses Universitaires de France, 1970.
- MAQUIAVEL, N. **A arte da guerra: a vida de Castruccio Castracani**. Belfagor, o Arquidiabo Brasília: UnB, 1982.
- MÉTHIVIER, H. **Le Siècle de Louis XIV**. 10. ed. Paris: Presses Universitaires de France, 1950. (Coll. Que sais-

je?).

SAINTE-BEUVE (Org.). Bossuet. In: _____. **Les grands écrivains français**. Paris: Librairie Garnier Frères, 1928.

SHENNAN, J. H. **Luís XIV**. São Paulo: Ática, 1954. (Col. Princípios).

TOUCHARD, J. **História das idéias políticas**. Lisboa: Publicações Europa-América, 1970. v. 3.

TRUCHET, J. (Org.). **Politique de Bossuet**. Paris, Armand Colin, 1966. (Collection U).

UNIVERSIDADE PARANAENSE

PÓS-GRADUAÇÃO

STRICTO SENSU

MESTRADO EM HISTÓRIA

(MODALIDADE MINTER UNIPAR/UFPR)

RECOMENDADO PELA CAPES

Área de Concentração:
História, Cultura e Sociedade

Linhas de Pesquisa:
I-Espaço e Sociabilidades
II-Cultura e Poder



Informações:

www.unipar.br

Secretaria de Pós-graduação *Stricto Sensu*

•Francisco Beltrão Tel: (46) 3520-2800

•Umuarama Tel: (44) 3621-2828

Ramais 1350/1285

